



RELATO DA XV REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN

DATA: 23 de julho de 2014

HORÁRIO: 14h45 às 18h

LOCAL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º Andar, Sala de Reuniões nº 617.

PAUTA

1. Apresentação e Aprovação do PLANSAN 2012/2015 revisado – SE CAISAN;
2. Plenária do Consea do dia 05/08 e Encontro Interconselhos e Comissões sobre Agricultura Familiar no dia 06/08 – Maria Emília Pacheco – Presidente do Consea;
3. Elaboração do Relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional: um retrato multidimensional” – Gustavo Chianca – FAO Brasil;
4. Apresentação do estudo “Avaliação da evolução temporal do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), acompanhadas nas condicionalidades de saúde” – Ministério da Saúde; e
5. Agenda CAISAN 2º Semestre de 2014, Informes Comitê Técnico de Monitoramento e Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais.

Às 14h45, o Secretário Executivo da CAISAN, Arnaldo de Campos, deu início à XV Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN, na presença de representantes dos seguintes órgãos: MPOG, MF, SG/PR, CC/PR, SPM/PR, SEPPIR, FUNAI, FNDE, MRE, MMA, MPA, MDA, MDS, CONSEA, MS e CONAB/MAPA.

ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
MPOG	Kalid Nogueira, Rafael Giacomini
MF	Aloísio Melo
SG/PR	Silvino Heck
CC/PR	Magaly Marques
SPM/PR	Raimunda Marcena



SEPPPIR	Lylia Galetti,
FUNAI	Júlio Cesar, José Augusto Pereira
FNDE	Rosane Nascimento, Renata Mainenti
MRE	Bianca Fadel
MMA	Andrea Oncala, Paulo Guilherme Cabral
MPA	Douglas Pereira
MDA	Pedro Bavaresco
MDS	Arnoldo de Campos, Nayara Rocha, Rafaela Gonçalves, Juliane Perini, Pedro Romani, Priscila Bochi
CONSEA	Maria Emília Pacheco, Marcelo Gonçalves
MS	Kelly Alves, Guilherme Muller, Sara Silva, Tatiane Pereira
CONAB/MAPA	Luciano Corcino, João D'Angelis

Após aprovação do relato da XIV Reunião Ordinária do Pleno Executivo pelos órgãos presentes, Arnoldo de Campos (CAISAN) sugeriu inversão da atual pauta, iniciando-se com a elaboração do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional: um retrato multidimensional” pela FAO Brasil.

Na sequência, a pauta foi apresentada e aprovada, e a reunião deu seguimento com o relato da FAO Brasil.

1) Elaboração do Relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional: um retrato multidimensional” – Gustavo Chianca – FAO Brasil.

Gustavo Chianca (FAO) iniciou o seu relato lembrando que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no dia 16 de Outubro (Dia Mundial da Alimentação) de todo ano, lança o SOFI (*The State of Food Insecurity*). O SOFI é uma publicação da FAO com vários segmentos, publicações e indicadores de Segurança Alimentar.

Após o lançamento do último SOFI, no ano de 2013, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) demonstrou interesse em entender o tipo de metodologia utilizada e procurou a FAO a fim esclarecer alguns dados que eram diferentes daqueles publicados pelo Governo Federal.



Para esclarecer a temática, realizou-se uma parceria entre a FAO, o MDS e o IBGE. O objetivo seria a discussão técnica dos indicadores utilizados no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, inclusive os indicadores utilizados pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF).

A partir dessa discussão intersetorial, a FAO se comprometeu a lançar, em outubro, o SOFI com dados mais aproximados ao do Governo Brasileiro. Para se alcançar os resultados do SOFI, diversos trabalhos foram elaborados e o MDS sugeriu à FAO a realização da publicação: “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional: um retrato multidimensional”. Esta tem a finalidade de apresentar o retrato do Brasil a partir de diversos indicadores de monitoramento de segurança alimentar e nutricional, mas trará, especificamente, a mudança de metodologia.

Debate:

Arnoldo de Campos (CAISAN) ressaltou a importância de se ter, pela primeira vez, um SOFI. Segundo o mesmo, a publicação é uma referência internacional e que, no Brasil, existem problemas em relação aos indicadores de segurança alimentar e nutricional, tanto em função da base de dados quanto da frequência de sua coleta. Arnoldo relatou ainda que o objetivo é que, em 2015, todos os dados sobre insegurança alimentar estejam atualizados e que o Brasil saia do mapa da insegurança alimentar e nutricional.

Michele Lessa (CAISAN) completou que o SOFI é um olhar externo da FAO sobre o Brasil e pensando no âmbito da CAISAN, sugeriu que a SAGI e o IBGE apresentassem a análise metodológica utilizada a fim de aprimoramento das ferramentas utilizadas.

2) Apresentação e Validação do PLANSAN 2012/2015 revisado – SE CAISAN.

Michele Lessa (CAISAN) iniciou a apresentação da revisão agradecendo a participação de todos os ministérios e lembrou que o CT, durante o processo de revisão, optou por não mexer na estrutura e no conteúdo do Plano. A apresentação foi dividida em processo, metodologia e resultados da revisão do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), conforme previsto no Decreto nº 7.272/2010.

A Revisão teve como objetivos: i) construir um conjunto de metas estratégicas e prioritárias sem, contudo, perder a amplitude e o processo histórico da construção anterior do



Plano de SAN; ii) relacionar as metas do PLANSAN com o PPA e suas posteriores alterações; e iii) buscar incorporar as propostas advindas da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), da IV CNSAN+2 e de recomendações do CONSEA Nacional.

Michele Lessa evidenciou que cada desafio da Revisão está vinculado a um conjunto de diretrizes, o que reforça o caráter intersetorial do Plano. Os desafios são: i) implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todo o território nacional; ii) erradicação da extrema pobreza e da insegurança alimentar moderada e grave; iii) reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade; iv) ampliação da atuação do Estado na promoção da produção familiar agroecológica e sustentável de alimentos e de valorização e proteção da agrobiodiversidade; v) consolidar as políticas de reforma agrária, acesso à terra e o processo de reconhecimento, demarcação, regularização e desintrusão de terras/territórios indígenas e quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais; vii) ampliação do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; viii) ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade às famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar; ix) enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, das condições de saúde, alimentação e nutrição e de acesso às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional; e x) fortalecimento das relações internacionais brasileiras, na defesa dos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar.

Michele lembrou ainda que, a partir do próximo ano (2015), será iniciado o processo para elaboração do novo PPA 2016/2019 e, juntamente com ele, deverá iniciar-se o processo de elaboração do PLANSAN 2016/2019.

A revisão do PLANSAN faz parte da metodologia de monitoramento do Plano, que contou com o preenchimento do Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISPLANSAN) e realização de nove oficinas. A Revisão teve início em junho de 2013, com duração de um ano, e foi realizada pelo Comitê de Monitoramento do Plano, instância da CAISAN.



Após a revisão, o PLANSAN 2012/2015 ficou organizado da seguinte forma: (i) um texto principal em que se apresenta a diretriz e um quadro por objetivo. No quadro constam as metas classificadas como primárias, os órgãos responsáveis pela sua execução, a quantificação anual e a ação orçamentária vinculada àquela meta; (ii) um anexo contendo explicação de como foram organizadas todas as metas contidas no Plano anterior em relação às suas categorizações.

Foi considerado como primário, a relevância da meta no tema de Segurança Alimentar. Optou-se por metas finalísticas, metas relacionadas às ações dos povos e comunidades tradicionais, metas relacionadas ao SISAN e metas com ações estratégicas do governo.

Debate:

Lilian Galetti (SEPPPIR) ressaltou que, com relação ao Ministério da Pesca e Aquicultura, é interessante relacionar o desafio nº 7 com a diretriz nº 4. Em relação à regularização fundiária, Lilian questionou a sua relação com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e sugeriu a realocação do tema.

Khalid Nogueira (MPOG) fez um breve relato sobre o histórico do Plano Plurianual (PPA). Ele relatou que, no máximo, haverá uma tendência de melhorar o atual modelo, o qual foi uma tentativa mais acertada de adaptar o orçamento ao plano estratégico de Governo, e não o contrário, como antes era feito. A hipótese de um resgate do modelo antigo de PPA está descartada. Ele chamou a atenção de que no último trimestre do ano, o MPOG chamará os ministérios pra orientá-los sobre as diretrizes do novo PPA. Khalid ainda relatou que, no PPA, o MPOG fez um processo parecido com o que o MDS fez de revisão do PLANSAN. As metas do PPA foram divididas em estruturantes e não estruturantes e concluiu-se que cerca de 70% das metas do PPA eram não estruturantes. Portanto, o próximo desafio será regionalizar e anualizar as metas.

Arnoldo de Campos (CAISAN) salientou que o Plano não é uma cópia do PPA. Este tem especificidades e a linguagem não é a mesma, mas deve haver uma sinergia com o PPA. Ressalta ainda que o desafio será a construção de um PLANSAN com metas mais efetivas. No próximo processo, deverão ser consideradas metas que de fato transformam a realidade.

Silvino Heck (SG/PR) e Maria Emília (CONSEA) ressaltaram que é o momento de interligar todos os planos, seja na construção ou na formulação. Quando o PPA for discutido,



deve haver uma metodologia que integre todos os planos relacionados à nutrição, em termos de prioridade, perspectivas de qualidade, indicadores e objetivos.

Após o debate, Michele Lessa lembrou que as últimas considerações acerca da revisão podem ser enviadas até o dia 25 de julho de 2014 e que será publicada uma resolução da CAISAN com o texto revisado do Plano. A revisão do PLANSAN 2012/2015 foi aprovada por unanimidade.

3) Plenária do Consea do dia 05/08 e Encontro Interconselhos e Comissões sobre Agricultura Familiar no dia 06/08 – Maria Emília Pacheco – Presidente do Consea.

Arnoldo de Campos (CAISAN) informou que, no dia 05 de agosto, será realizado a Plenária do Consea e no dia 06, o Encontro Interconselhos. No Encontro, estará presente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), com o objetivo de dialogar temáticas afins entre esses órgãos.

Marília Emília (CONSEA) explicou que o Encontro Interconselhos tem a duração de um dia completo, com os seguintes objetivos: i) promover o diálogo e a integração de agendas dos Conselhos; ii) refletir sobre os desafios de segurança alimentar e nutricional; iii) reafirmar o papel da agricultura familiar na cultura indígena, no desenvolvimento sustentável, no direito humano à alimentação, na sociobiodiversidade e na transição agroecológica.

O Encontro será dividido em quatro momentos: i) mesa de abertura; ii) painel 1: agricultura familiar, camponesa e indígena e a soberania e segurança alimentar e nutricional no desenvolvimento rural sustentável; iii) painel 2: construção de convergências entre Conselhos e Comissões; e iv) conclusões: compromissos comuns e agenda de trabalho dos Conselhos e Comissões.

A função desse evento será encontrar convergências entre os planos temáticos nacionais e reafirmar compromissos entre esses conselhos e, através desse diálogo, montar uma agenda de trabalho em comum.



Com relação à Plenária do Consea, Marília Emília relembrou que esta ocorrerá somente no período da tarde e tratará dos seguintes assuntos: i) encaminhamentos preliminares da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional prevista para 2015; ii) local da conferência – Pará ou Distrito Federal; e iii) formato das Comissões que serão organizadas.

Debate:

Arnoldo de Campos (CAISAN) completou a pauta informando que houve a participação do MDS na reunião da comissão diretiva referente à Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ressaltou a importância da escolha do local da Conferência. Levou a recomendação da realização da Conferência no estado Norte, gerada nas duas últimas conferências, e ressaltou o posicionamento da CAISAN quanto à realização em Brasília. Os representantes do MS, FNDE, MF e MMA apoiaram a ideia da realização em Brasília, e não em Belém, após Arnoldo chamar a atenção para a facilidade, eficiência, mobilização política e sinergia que a capital federal proporciona. Além do mais, é mais prudente realizá-la em Brasília e a logística será melhor para os participantes. Ficou firmado que essa seria uma recomendação da CAISAN ao CONSEA. Além dela, também ficou como recomendação ao CONSEA a participação massiva nas conferências estaduais, sendo a Conferência Nacional mais restrita.

4) Apresentação do estudo “Avaliação da evolução temporal do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), acompanhadas nas condicionalidades de saúde” – Ministério da Saúde.

Sara Silva (MS) apresentou o estudo “Avaliação da evolução temporal do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), acompanhadas nas condicionalidades de saúde”. Este buscou avaliar o estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e que são acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa, utilizando-se uma base de dados longitudinal de indivíduos construída a partir da integração do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), entre 2008 a 2012.



A disponibilidade de dados das extrações do SISVAN para os anos de 2008 a 2012 e a metodologia utilizada possibilitaram a formação de um estudo longitudinal, caracterizado por conter um grupo de participantes com resultados coletados múltiplas vezes num espaço de tempo. Nestes estudos, foi possível investigar a evolução ou mudanças de um conjunto de determinadas variáveis, ou ainda as relações entre as mesmas.

O estudo contou também com uma análise transversal comparativa. A análise desse grupo foi importante, pois permitiu uma comparação da situação de indivíduos semelhantes ao longo do tempo.

Dentre os principais resultados obtidos, o estudo observou a redução da desnutrição crônica (déficit de estatura) e do excesso de peso nas crianças beneficiárias do programa Bolsa Família de 2008 a 2012. Além disso, foi observado que quanto maior o tempo de permanência no PBF, maiores seriam as chances da criança apresentar adequado estado nutricional.

Portanto, pôde-se observar que o tempo de permanência no PBF tendeu a aumentar as probabilidades de que os indivíduos melhorassem suas respectivas situações nutricionais. O estudo demonstra o impacto do PBF na vida de seus beneficiários que, além da transferência de renda, garantiu a inclusão das famílias em ações e serviços básicos de saúde.

Debate:

Lilian Galetti (SEPPPIR) ressaltou a importância de ser realizada uma pesquisa nesse âmbito com os povos indígenas e quilombolas, a fim de dar continuidade às pesquisas em nível nacional ressaltando a diversidade dos povos.

Arnoldo de Campos (CAISAN) salientou que o Programa Bolsa Família vai além da transferência de renda, visto que, ao garantir a inclusão das famílias em ações e serviços básicos de saúde, contribuiu no acesso e cuidado à população mais vulnerável.

5) Agenda CAISAN 2º Semestre de 2014, Informes Comitê de Monitoramento e Comitê PCTs.

Michele Lessa (CAISAN) apresentou a agenda de trabalho da CAISAN para o segundo semestre. Na agenda local consta:

- I) Monitoramento do PLANSAAN revisado;



- II) Elaboração da Resolução que define as diretrizes para o PLANSAN 2016/2019; e
- III) Aprimoramento do SISPLANSAN, na sua capacidade de monitoramento e adaptá-lo ao novo Plano.

Na agenda nacional:

- I) Elaboração das Resoluções sobre: Competências Federativas do SISAN, Mapeamento de SAN e Compras Institucionais;
- II) Capacitação e formação de gestores e sociedade civil;
- III) Implementação do Mapeamento de SAN;
- IV) Análise do orçamento de SAN nos estados;
- V) Fortalecimento dos componentes do SISAN nos estados: oficinas e apoio financeiro; e
- VI) Rede de parceiros (Universidades).
- VII)

Michele Lessa relatou que o cronograma de atividades com as CAISAN estaduais será feito da seguinte forma:

- I) Oficinas de monitoramento dos Planos, em Recife, dia 28 de julho;
- II) 7º Encontro CAISANS, em Brasília, dias 28 a 30 de julho;
- III) Oficina com os municípios que aderiram ao Sisan, em Brasília, dia 3 e 4 de setembro;
- IV) 8º Encontro CAISANS (no Pleno Executivo Caisan Nacional – discussão das competências federativas), em Brasília, dia 16 e 17 de setembro;
- V) Oficina de alinhamento com as Universidades, em Brasília, dia 01 e 02 de outubro; e
- VI) 9º Encontro das CAISANS e Seminário Nacional do SISAN, em Brasília, dia 27 e 28 de novembro.

Com relação à agenda internacional, foram entregues diversos documentos de posicionamento do Governo Brasileiro, enviados por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e a CAISAN tem a função de construir o posicionamento brasileiro nesses documentos. Sendo as prioridades:

- I) Conferência de Segurança Alimentar – FAO, em Roma, dias 13 a 18 de Outubro;
- II) Conferência Internacional de Nutrição – FAO e OMS, em Roma, dias 19 a 22 de Novembro.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Como último item da pauta, Michele Lessa (CAISAN) solicitou que o Pleno Executivo deliberasse sobre a necessidade de instituição formal dos Comitês Técnicos de Monitoramento e de Povos e Comunidades Tradicionais da CAISAN, considerando que ambos estão em pleno funcionamento. Todos os presentes concordaram com a importância da continuidade e manutenção dos comitês e, portanto, ratificaram a necessidade de publicação das resoluções de instituição dos 2 CTs.

Nada mais havendo a tratar, às 18h deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente relato que, depois de aprovado, será por mim assinado.